

## AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO ESTADO DE SÃO PAULO: REALIDADES E POTENCIALIDADES

Claudio Kravchychyn<sup>1</sup>, Larissa Michelle Lara<sup>1</sup>, Dourivaldo Teixeira<sup>1</sup>, Giuliano Gomes de Assis Pimentel<sup>1</sup>, Sérgio Augusto Rosa de Souza<sup>2</sup>, Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

O texto relata e analisa a realidade observada pela Equipe Colaboradora 14, vinculada à Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte, em núcleos do Programa Segundo Tempo do Estado de São Paulo. O objetivo foi identificar como o Programa se desenvolve e quais os problemas recorrentes e aspectos positivos na execução dos convênios, fomentando possibilidades de intervenção. Os dados, coletados por meio de avaliações *in loco* das ações dos núcleos, atentam para realidades distintas que envolvem infraestrutura, sistematização e operacionalização, com ênfase aos aspectos pedagógicos. A realidade observada aponta para a necessidade de ações interventoras que visem contribuir com as equipes gestoras dos convênios e de seu trabalho nos núcleos, bem como sinaliza para a importância do aprimoramento do processo de capacitação profissional, acompanhamento e avaliação das ações do Programa.

**Palavras-chave:** Projeto social. Esporte. Educação.

## EVALUATION OF THE SECOND JOURNEY PROGRAM IN THE STATE OF SÃO PAULO: REALITIES AND POTENTIALITIES

### ABSTRACT

The paper reports and analyzes the reality observed by the Collaborator Team 14, linked to the National Secretary of Educational Sports of Ministry of Sport, in Second Journey Program nuclei of São Paulo State. The objective was to identify how the program develops and what are the recurrent problems and positive aspects in the implementation of the covenants, fostering opportunities for intervention. Data were collected through evaluations in locus of action of the nuclei, pay attention to different realities that involve infrastructure, organization and operation, with emphasis on pedagogical aspects. The observed reality points to the necessity of intervening actions aimed at contributing to the management teams of the covenants and their work in the nuclei, and points to the importance of improving the process of professional qualification, monitoring and evaluation of program actions.

**Keywords:** Social project. Sports. Education.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer por meio de projetos sociais não representa, em si, algo inovador. Governos vêm sinalizando para essa necessidade e, embora de modos diversos, materializando algumas ações. Entretanto, cabe salientar os desafios postos a essa política à medida que não basta implementar algo se não há um denso acompanhamento e avaliação do *modus operandis* desta ação. Daí ressaltarmos uma dessas políticas no campo esportivo, o Programa Segundo Tempo (PST), destacando a relevância da construção de mecanismos distintos de operacionalização do projeto a partir da criação das Equipes Colaboradoras (ECs), em 2008, cuja função primordial não é a de fiscalização – embora também aconteça –, mas de parceria no desenvolvimento das ações das entidades conveniadas com o Ministério do Esporte (ME) para o desenvolvimento do Programa.

O PST conta com 19 ECs, sediadas em Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras, que auxiliam na gestão dos convênios, notadamente na parte pedagógica. As ECs se inserem na realidade para verificar como o PST está acontecendo, quais as dificuldades em sua execução, como os beneficiados – crianças e adolescentes de 7 a 17 anos – o recebem e se envolvem com as atividades, de modo a acompanhar tanto a estruturação do planejamento pedagógico quanto sua execução.

A atuação das ECs, formadas por professores e pós-graduandos, contribuiu para a construção de um processo avaliativo que busca identificar os problemas recorrentes nos diferentes núcleos de atividades a partir da imersão em campo, assim como as ações bem sucedidas e que possam servir de inspiração a outras propostas de convênios.

As ações decorrentes dessa função se dão em termos administrativos, mas também e, sobretudo, em termos pedagógicos, uma vez que a condição de acadêmicos conduz os membros das ECs a olhar de modo peculiar os problemas da prática docente. Pretende-se, com isso, fazer a diferença na execução dos convênios, uma vez que gestores e avaliadores têm possibilidade de materializar um diálogo em que ambos adquiram condições para operacionalizar mudanças.

Tendo em vista o trabalho realizado pelas ECs em todo o Brasil e as avaliações decorrentes das visitas aos núcleos, o objetivo do presente texto é discorrer sobre a realidade observada em núcleos do PST no Estado de São Paulo, identificando como o esporte educacional está sendo desenvolvido e quais os problemas recorrentes na execução dos convênios, fomentando possibilidades de intervenção.

A avaliação que ora relatamos foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2008, e de abril e maio de 2009, por membros da EC 14, que realizaram avaliações *in loco*, utilizando técnicas de observação e entrevista estruturada.

As questões tratadas com os coordenadores de núcleo envolveram aspectos administrativos e pedagógicos dos convênios. Entretanto, para este texto, priorizamos os dados pedagógicos, embora outros possam complementar as reflexões, sendo selecionados os seguintes aspectos: a) Organização dos núcleos em termos de infraestrutura, localização e modalidades oferecidas; b) Problemas observados, que envolvem: carência de planejamento e reuniões pedagógicas; aulas práticas desvinculadas de um diálogo com a teoria; modelo tradicional de iniciação esportiva; número de crianças atendidas inferior ao solicitado pelo Programa; absorção por parte do convênio de atividades já existentes nas comunidades sem adequações aos pressupostos do PST; limitações na identificação do PST.

No presente relato de experiência, mais do que ressaltar a qualidade de algumas gestões nos diferentes núcleos, nosso intuito é focar as problemáticas, uma vez que sua percepção e análise contribuem para correções de distorções relativas ao Programa, contribuindo para o pleno investimento dos recursos públicos e para a sua aplicação. Trata-se de pensar na construção de uma política pública efetiva, garantindo o acesso aos que dela necessitam, materializando um diálogo entre gestores, órgãos públicos e do terceiro setor e atores sociais. Nosso texto pretende contribuir com esse debate.

## ORGANIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DO PST NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os núcleos do PST no Estado de São Paulo atendidos pela equipe EC 14 no período das avaliações são vinculados a 13 convênios. A avaliação decorrente da imersão em campo ocorreu em 20% dos núcleos. O Quadro 1 apresenta as cidades, os convênios e o quantitativo de núcleos avaliados.

**Quadro 1.** Convênios, cidades e quantidade de núcleos do Estado de São Paulo avaliados pela EC 14.

Convênio	Cidades	Nº de núcleos avaliados
ONG Pró Frente Brasil	Artur Nogueira, Batatais, Conchal, Itacemápolis, Itaquaquecetuba, Itapira, Jaguariúna, Marília, Taboão da Serra	18
Prefeitura Municipal de Bebedouro	Bebedouro	3
Prefeitura Municipal de Amparo	Amparo	2
Prefeitura Municipal de Guarani D'Oeste	Guarani D'oeste	2
Prefeitura Municipal de Lins	Lins	2
Prefeitura Municipal de Mira Estrela	Mira Estrela	1
Prefeitura Municipal de Santa Albertina	Santa Albertina	1
Prefeitura Municipal de S. J. do Rio Preto	São José do Rio Preto	12
Prefeitura Municipal de S. Sebastião da Gramma	S. Sebastião da Gramma	2
Prefeitura Municipal de Tanabi	Tanabi	3
Prefeitura Municipal de Votuporanga	Votuporanga	12

Os núcleos avaliados funcionavam em três dias na semana, atendendo cada beneficiado em 2 horas por dia, totalizando 6 horas por semana. Dos núcleos avaliados, 8% desenvolveram-se em escolas, compartilhando o mesmo espaço que outras atividades rotineiras desenvolvidas por professores de diferentes áreas e demais profissionais, e 92% em centros esportivos, quadras poliesportivas e ginásios de esporte. A escolha desses núcleos para avaliação deu-se de forma aleatória e/ou intencional, a partir da identificação de problemas previamente detectados (por meio dos planejamentos recebidos e de dados colhidos junto ao ME) que mereciam ser observados diretamente.

Os núcleos são estruturados em escolas ou próximos às mesmas, para facilitar a locomoção e participação dos beneficiados. Os núcleos de escolas contam, por vezes, com apoio incondicional da direção e dos diferentes professores e, noutras, com a desconfiança e desinteresse, pois o Programa acabava concorrendo, em certos casos, com as atividades escolares, sobretudo em termos de espaço.

No espaço da escola, há tendência à sistematicidade das atividades, visto que há uma vigilância própria nesse contexto, que geralmente controla as ações para o bom andamento do sistema escolar. Quando algo não vai bem, os próprios alunos costumam atuar como denunciadores da realidade, sendo à direção atribuída a possibilidade de aplicar sanções. Já os núcleos localizados em espaços extraescolares não contam diretamente com a ação do *big brother* escolar, mas são de fácil visibilidade pela comunidade. Assim, caso haja a participação intensa da comunidade, as reivindicações podem chegar aos setores responsáveis, garantindo a vigilância, embora em outros moldes.

Dos núcleos visitados, 62% se localizam em regiões de pobreza, com alto risco social – envolvendo violência, tráfico de drogas e prostituição – e 38% em áreas menos problemáticas, em que tais incidências, em princípio, são menos agudas. Há casos de núcleos localizados em regiões de classe média, recebendo também frequentadores de classe pobre.

De modo geral, os núcleos ofereciam condições estruturais favoráveis ao desenvolvimento do PST, com espaços incluindo campos de areia, campos de grama, ginásios, quadras cobertas e descobertas, piscinas, salas multiuso, refeitórios, banheiros, pista de skate, entre outros, variando entre uma estrutura adequada, organizada, com trato paisagístico, até espaços que envolvem abandono e descaso das autoridades competentes, cercados por mato e abertos a todo tipo de visita, inclusive de usuários e traficantes de drogas. As atividades eram ministradas por professores de educação física com graduação e pós-graduação (que no PST denominam-se coordenadores de núcleos), realidade nem sempre encontrada em outras regiões do país, que possuem carência desses recursos humanos.

As atividades observadas foram: esportes coletivos (basquetebol, voleibol, handebol e futebol de campo), esportes individuais (natação, atletismo, xadrez e karatê) e atividades complementares (danças de rua, balé clássico, capoeira, bordado, pinturas, computação, reforço escolar, dama, teatro e atividades recreativas). Na maioria dos casos, as modalidades esportivas ainda são trabalhadas no modelo “escolinha de esportes”, mas já se pode observar o ensino a partir de jogos – com regras flexibilizadas e modificadas com vistas ao aprendizado gradativo –, atividades sugeridas pelas diretrizes do PST, especialmente para o primeiro aprendizado, e que são trabalhadas nas capacitações pedagógicas.

A exigência das diretrizes do PST no tocante à oferta de atividades individuais, coletivas e complementares faz com que os núcleos se organizem para uma ampliação das experiências motoras dos beneficiados, evitando a seletividade e a especialização precoce. Assim, os mesmos passam a ter acesso a um tempo-espaço que assegura não só sua participação, mas a ampliação de sua formação a partir de atividades que contemplam diferentes experiências esportivas e culturais.

## PROBLEMAS ENCONTRADOS, SOLUÇÕES POSSÍVEIS

Trazer à tona os problemas encontrados nos núcleos do PST é uma forma de mostrar a realidade, no sentido de buscar melhorias à consecução do Programa. As dificuldades encontradas pelo país e identificadas e elencadas pelas ECs no I Encontro Nacional das Equipes Colaboradoras do PST (realizado em dezembro de 2008) corroboram com as observações realizadas nas avaliações *in loco* da EC 14, que atentam para: carência de planejamento e reuniões pedagógicas, aulas práticas desvinculadas de um diálogo com a teoria, adoção do modelo tradicional de iniciação esportiva (escolinha de esportes), número de beneficiados inferior ao preconizado, absorção e não adequação às diretrizes do PST por parte da entidade conveniente de atividades já existentes nas comunidades.

A carência de planejamento e de reuniões pedagógicas é um dos obstáculos à plena realização do Programa a partir de seus pressupostos. Embora os coordenadores de núcleo tenham formação em nível superior, carecem de apoio pedagógico que oriente a sistematização dos conteúdos. Mesmo que os coordenadores tenham tido acesso ao tema em capacitação organizada pelo ME e afirmem, em entrevistas realizadas durante as avaliações *in loco*, planejar as atividades (por meio da estruturação de planos de aula), a realidade observada

ou contrapõe tal informação. Raramente observou-se a distinção entre reuniões burocráticas e pedagógicas, levando-os a afirmar que elas são constantemente realizadas.

Por ser uma exigência ao convênio, o planejamento pedagógico foi encontrado nos núcleos, mas geralmente apresentou-se frágil em conteúdo e organização, não dando conta de identificar o núcleo a partir dos sujeitos que os frequentam, das carências observadas e das atividades específicas a partir da realidade encontrada. Essa carência repercute na ação propriamente dita e, conseqüentemente, na realização do Programa, em cujas diretrizes pedagógicas a “prática pela simples prática” não é aceita.

O planejamento, segundo orientações contidas nos *Fundamentos pedagógicos para o Programa Segundo Tempo*, livro didático organizado por Oliveira e Perim (2008), deve ser uma preocupação central no desenvolvimento das atividades dos núcleos, requerendo escolha de alternativas de ação, incluindo diagnóstico, estruturação dos objetivos a partir da realidade, plano de trabalho e avaliação das ações. Tal sistematização possibilita melhor organização dos trabalhos e, conseqüentemente, repercute na motivação de crianças e adolescentes para integrar o Programa, aprender com ele e ensinar também.

No sentido de contribuir com mudanças no quadro encontrado, a EC 14 apresentou sugestões aos coordenadores de núcleos de realização de reuniões pedagógicas pelo menos mensais com todos os coordenadores (geral, de núcleo, pedagógicos e setoriais) e monitores, reuniões pedagógicas semanais nos núcleos, leitura de textos, reflexões sobre as problemáticas encontradas e sobre as experiências potenciais, relatórios das atividades desenvolvidas, grupos de estudo e registro imagético do Programa (uma vez que o PST passa a integrar a memória dos municípios). Ainda, a equipe ressaltou a importância de se constituir um coordenador pedagógico que, juntamente com o coordenador do convênio, possa orientar as atividades desenvolvidas. Tais ações são fundamentais para a execução do PST, constituindo, ainda, fonte de pesquisa, principalmente para estudantes de educação física que, com tal acervo, podem realizar pesquisas de iniciação científica, de conclusão de curso e de pós-graduação.

Entendemos que a carência de planejamento, de formação de grupos de estudo e de coordenação pedagógica reflete diretamente no desenvolvimento das atividades nos núcleos, diante da observação de práticas desvinculadas de diálogo com teoria, exclusivamente sob a dimensão procedimental das atividades. Nesse sentido, a empreitada pedagógica desenvolvida carece, em maior ou menor grau, de envolvimento adequado de coordenadores de núcleo e monitores, mas principalmente de coordenadores gerais e pedagógicos, pensando a relação a partir de uma base hierárquica.

Sabemos, com base em Oliveira *et al.*, (2009), que planejar é uma ação e uma decisão deliberada para, com os recursos possíveis, agir em função de objetivos, buscando resultados desejados individual e coletivamente. Nos núcleos que fizeram parte da pesquisa o planejamento pedagógico clama pela definição de metas deliberadas em um processo dinâmico, intencional e complexo, necessitando, portanto, do engajamento total dos atores pedagógicos para que sejam contemplados os interesses das crianças e adolescentes no processo dinâmico do planejar, mas também do aplicar e do avaliar. Mas isso não é uma realidade exclusiva do PST. Kravchychyn *et al.*, (2011) apontam que a dificuldade em trabalhar com planejamento pedagógico é uma dificuldade histórica da área da educação física.

A necessidade apresentada é levar coordenadores de núcleos e monitores a buscarem reflexão que conduza à necessária compreensão aprofundada sobre as bases que sustentam a proposta de esporte educacional do PST em relação à realidade de cada núcleo. Talvez, a partir daí, se consiga a abordagem de valores humanos, sociais, culturais e de outros aspectos importantes na promoção da melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes envolvidos nesse processo.

O modelo tradicional de iniciação esportiva, focado na dimensão procedimental (DARIDO e SOUZA JÚNIOR, 2008), comumente denominado “escolinha de esportes”, é resultado da ruptura entre teoria e prática no desenvolvimento do projeto e da falta de planejamento, à medida que o professor trabalha o que comumente lhe é confortável pela experiência obtida, mesmo que isso desconsidere os fundamentos do Programa em que participa. Os pressupostos pedagógicos do PST buscam desenvolver conteúdos esportivos de modo educacional, sem visar à descoberta de talentos (embora não a negue), acrescidos de outros conteúdos relevantes à formação, que envolvem atividades culturais e de lazer. Entretanto, observou-se nos núcleos paulistas que o modelo tradicional esportivo é uma constante, fato que merece ser repensado a partir de um trabalho intenso junto a coordenadores e monitores, que deverá envolver orientações para leitura e estudo, novas capacitações, reflexões sobre a ação docente, planejamento, discussões sobre os objetivos do PST, entre outros aspectos. O trabalho abrangendo as dimensões atitudinal e conceitual dos conteúdos possibilitará aos beneficiados uma formação baseada em valores e conhecimentos acerca dos conteúdos desenvolvidos, transcendendo o “fazer pelo fazer”.

Em relação ao desenvolvimento das atividades, observou-se que o número de beneficiados cadastrados e efetivamente atendidos se mostrou um problema recorrente. Verificou-se casos de atendimento do quantitativo necessário, mas a maioria dos convênios funciona com o atendimento a um percentual entre 50 e 60% do total de beneficiados preconizado pelas diretrizes do PST (200 beneficiados por núcleo). Os casos de atendimento

total ocorrem exclusivamente em núcleos localizados em escolas, onde o próprio vínculo de pertencimento da criança ao ambiente favorece o atendimento, um indicativo que pode ser considerado para se firmar novos convênios. Levando-se em consideração que mesmo sem o atendimento do quantitativo total estipulado há um número significativo de crianças beneficiadas, e que mesmo o que parece se uma pequena mudança em uma realidade pode ser uma mudança importante na vida de cada sujeito, entendemos que boas contribuições estão sendo efetivadas.

Assim, é necessário compreender que não bastam intenção e ação governamentais efetivas para se criar ambientes favoráveis a uma vida ativa e promissora de melhor qualidade, pois para mudar conceitos, atitudes e procedimentos de uma comunidade há necessidade de que esta se deixe impregnar por estes e, ao mesmo tempo, permita o envolvimento recíproco. Entendemos que não se consegue atingir esta condição de “troca” com um tempo burocrático, cronológico, tal qual o previsto nas etapas de implantação e desenvolvimento do Programa, assim como que as exigências técnico-pedagógico-administrativas, por si, não darão conta disso. Precisamos de um “tempo” vivo, de um “tempo” afetivo, de um “tempo” relacional, considerando os diferentes atores envolvidos no Programa e, a partir daí, poderemos qualificar e/ou quantificar os aspectos relacionados ao bom andamento dos convênios e núcleos do PST, principalmente no que se refere à participação assídua nas atividades relacionadas aos esportes, à cultura e ao reforço alimentar e/ou escolar.

Não pensemos que por não estar iluminada com as teses ou teorias que tratam dos fenômenos socioculturais, a população envolvida com o PST não possui um crivo crítico. Como atenta Bracht (2005), apesar de não balizados por teorias sociológicas e filosóficas, os sujeitos sabem que há determinantes, interesses, ideologias por detrás de qualquer política ou proposta de governo, principalmente as que contemplam os esportes. Portanto, há necessidade de darmos o “tempo” adequado – de muito trabalho e dedicação pedagógica – para que a população envolvida assimile o PST como política pública de valor, visualizada com responsabilidade e comprometimento pela comunidade (dirigentes do município, do PST, monitores, pais e crianças e adolescentes envolvidos diretamente). Assim, com esse “tempo” adequado, o PST poderá contribuir para transformar para melhor a sua realidade dos beneficiados.

A absorção de atividades já existentes nas comunidades e a simples adoção dos benefícios do PST (uniformes, bolas, acessórios esportivos e lanche) sem adequação das mesmas às diretrizes do Programa foi um fator verificado em 15% dos núcleos visitados. Nesses, observou-se a realização de atividades teoricamente do PST, mas que se vinculavam a projetos paralelos de outras entidades, caracterizando a sobreposição de recursos para o atendimento. Um exemplo a se considerar foram os relatos de pais, nos quais mencionaram que a atividade esportiva do filho é ofertada pela Prefeitura, desconhecendo o PST. Outro exemplo diz respeito ao uso de camisetas de outros projetos em horários destinados ao PST, sendo as justificativas pautadas no fato de serem as mesmas crianças participando de ambos os projetos, mas em dias diferentes. Isso revelou a necessidade de coibição desses procedimentos, visto que a sobreposição de rubrica desacorda os termos de convênio e inviabiliza o desenvolvimento de qualquer política pública consistente.

Um aspecto importante para a integração do PST à comunidade é que os mecanismos de comunicação adotados pelo convênio efetivamente funcionem. Isso implica em planejamento e uso variado de estratégias, que não dependem apenas dos recursos, mas também e principalmente do convencimento dos próprios convênios, coordenadores e monitores. Quanto mais em evidência na comunidade o PST esteja, mais se sentirá a presença do Programa como direito público. Entretanto, entendemos que um problema que dilui a divulgação do PST e a fixação de seu nome junto à população é sua (con) fusão com projetos do município e de outras entidades, já citados. Em função de muitos deles já existirem antes e serem apenas reforçados pelo PST, convênios de Prefeituras Municipais se mostram pouco efetivos na fixação de placas, cartazes e faixas, embora isso se constitua como parte do acordo.

Para criar essa identificação de forma cotidiana, o uso de camisetas e a colocação de cartazes e faixas identificando os participantes e os locais do PST são requisitos verificados nas avaliações *in loco*. Foram visitados núcleos que carecem de identificação e observados muitos beneficiados sem as camisetas do Programa, assim como cartazes e faixas depredados ou arrancados pela própria comunidade. Um dado interessante foi a verificação de camisetas com a logomarca do PST na frente e estampas nas costas de outros programas municipais ou federais. Em alguns casos, verificamos camisetas com a identificação do Programa Fome Zero que, segundo Pontes (2003), busca atender o direito de todo cidadão à seguridade social e à segurança alimentar, garantindo de três refeições diárias à parcela da população aviltada pela fome:

O Governo Lula, ao colocar como carro chefe de seu governo o compromisso em “zerar” a fome, dá visibilidade política à pior mazela que uma sociedade pode ostentar, que é a de não poder alimentar todos seus integrantes. A fome degrada e humilha os que dela padecem e a própria sociedade que a abriga (PONTES, 2003, p. 91).

Embora esse programa vise retirar as pessoas da “humilhação” trazida pela fome, nas visitas aos núcleos, coordenadores apontaram o embaraço e constrangimento de alunos em usar camisetas do PST com a marca “Fome Zero” nas costas, e que a necessidade do uso do uniforme gerou desistências. Podemos interpretar essa reação como “ingratidão”? Como pondera Pontes (2003), quando a pessoa se vê como sujeito de direitos e não como privilegiado por favores ou benção do Estado, passa a não desejar mais o reforço ao seu estigma de excluído. Decerto, a vergonha de usar o uniforme pode ser somada ao fato dessas pessoas conviverem não tão distantes dos limites de sua exclusão, visualizando as desigualdades de forma mais explícita.

Em relação ao problema da humilhação pelo assistencialismo, é importante o PST não esmorecer em seu contínuo aperfeiçoamento da qualidade das ações. Em tese, as crianças e adolescentes atendidos, com suas famílias, “vestirão a camisa” do Programa ao perceberem o mesmo como algo de qualidade e de direito, não como um favor. Quanto mais autônomos e elevados à condição de cidadania esses sujeitos forem, mais o PST será identificado positivamente. Já em relação à confusão com outros programas, não há problemas quanto à associação de programas, visto ser uma prerrogativa dos convênios manterem sua identidade. O problema se dá necessariamente caso, para além dos “rótulos”, a mescla do federal com o local signifique um ecletismo metodológico e de objetivos.

## ações favoráveis ao desenvolvimento do PST

Ao identificarmos as problemáticas recorrentes nos núcleos avaliados, é importante ressaltar o que foi desenvolvido de modo efetivo e satisfatório nos convênios e núcleos acompanhados pela EC 14. Dessa forma, destacamos quatro aspectos: o empenho de equipes gestoras em sanar problemas encontrados nos núcleos; a importância de um projeto social para a formação de crianças e adolescentes; o acesso a atividades corporais diversificadas e que envolvem esporte, cultura e lazer; a possibilidade de um projeto social ser, para alguns, o primeiro emprego.

Observou-se a relação de proximidade e parceria que vem sendo edificada por meio de ações desenvolvidas pelas ECs e os atores dos convênios (coordenadores, monitores e beneficiados). As ações desenvolvidas nos núcleos – mesmo quando fragilidades vieram à tona – demonstram os efeitos dessa relação, uma vez que a proximidade alcançada de forma processual e dialética entre ECs e gestores, integrou em maior ou menor grau os diversos atores envolvidos no PST em prol da melhoria da qualidade no atendimento aos beneficiados. Com isso, um compromisso coletivo é estabelecido de forma cooperativa, em busca de soluções para o aperfeiçoamento do trabalho.

As ECs atuam em constante acompanhamento das ações desenvolvidas pelos núcleos, avaliando os projetos pedagógicos e observando de forma presencial e à distância – via internet e telefone, em plantões de atendimento – o desenvolvimento das ações planejadas. Tal processo, que gera constante (re)avaliação das ações da própria equipe, tem possibilitado que as diretrizes e objetivos do PST possam ser gradativamente materializadas nos núcleos, em prol dos beneficiados.

Sublinha-se que a não resistência por parte dos gestores dos convênios e núcleos quanto à intervenção da EC foi fundamental para transformações – ainda tímidas perto do pretendido, mas significativas – necessárias nos núcleos. Percebeu-se o anseio dos coordenadores e monitores em contribuir com novas ações metodológicas, com oferta de conteúdos diversificados (esportivos e culturais), aproximando a comunidade das atividades desenvolvidas, embora muito ainda tenha que ser feito. Observou-se que conteúdos esportivos como *karatê*, capoeira, atletismo, *taekwondo*, xadrez, entre outros, aliados às atividades complementares, foram ofertados e dinamizados, consolidando a democratização de manifestações diversificadas para crianças e adolescentes, oportunizando que vivenciem experiências prazerosas no contexto do esporte, da cultura e do lazer.

O PST tem, ao longo de sua existência, se configurado como projeto social importante para a formação de crianças e adolescentes que a ele têm acesso, fato constatado em visitas realizadas nos núcleos avaliados, por meio de entrevistas com pais de beneficiados, com os próprios beneficiados e com a comunidade que vive próxima aos núcleos. Um dos aspectos do Programa ressaltado pelos pais é a de oferecer a possibilidade de desenvolver suas obrigações diárias com tranquilidade, uma vez que seus filhos estão assistidos, desenvolvendo atividades que contribuem com sua formação. Já as crianças veem o PST como meio de aprendizado real, à medida que a oferta de atividades esportivas em sua comunidade ou na escola em que frequenta facilita sua participação e amplia suas experiências esportivas. Ainda relatam gostar das práticas desenvolvidas e do contato com os professores e amigos. As comunidades visitadas, em sua maioria, identificam o Programa e reconhecem suas benfeitorias, a exemplo de espaços públicos que passaram a ser ressignificados, favorecendo sua utilização pelos participantes do projeto e pessoas em geral.

Outro aspecto a se considerar diz respeito ao papel do PST junto àqueles que estão em processo de formação universitária ou são recém-graduados. O PST já adquiriu a longevidade mínima para oportunizar que estagiários de educação física, depois de formados, possam assumir a condição de coordenadores de

núcleo (como professores). Mas, o que esse dado pode nos dizer positivamente? Há motivos para ter esses indicadores, embora não quantificados nas visitas, como auspiciosos. Primeiro, porque enraíza o trabalho, contrabalançando o impacto das rupturas causadas pela saída de estagiários e professores. Em complemento, potencializa a consolidação da metodologia do PST, uma vez que o coordenador já agrega experiências e estudos desde a graduação, de forma cumulativa e articulada com a comunidade e o público atendido.

Vale ressaltar, também, a oportunidade aberta aos jovens monitores do PST, que depois de formados podem ter acesso ao primeiro trabalho vinculado a um programa social, o que influenciará esse profissional para um olhar voltado para a dimensão política e social do esporte. A esse respeito, como considera Gaya (2008), muitos projetos cujo eixo é o esporte são criados, supondo que os mesmos sejam importantes coadjuvantes na inclusão social. Assim, oportunizar a uma parcela considerável de alunos e graduados a possibilidade de experiência profissional supervisionada no PST significa capacitá-los para desempenhar trabalhos numa perspectiva de inclusão social, ainda que venham a trabalhar em outros campos da educação física.

De fato, empiricamente, as visitas aos núcleos flagraram esses sujeitos em diferentes iniciativas para contribuir para a promoção dos direitos dos adolescentes e crianças atendidos. Porém, como adverte Pontes (2003), um equívoco das políticas públicas de assistência aos excluídos está no modo como geram situações de dependência, com soluções provisórias, sem atacar as causas dos problemas. Outro aspecto apontado por esse autor é o entendimento do “ser voluntário”, deixando que a boa intenção atrapalhe o enfrentamento da realidade e a emancipação daquelas pessoas que se deseja atender. Em boa hora sugerimos, diante do relevante trabalho prestado por estagiários e professores, que as equipes gestoras dos convênios possam ter acesso a orientações sobre como proceder em situações de agravo dos direitos humanos de seus alunos. Como o PST, na prática, requer capacidades para o trabalho social pelo esporte, sem ser funcionalista, a articulação com outras políticas públicas também necessita ocorrer por meio de formações intersetoriais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazermos para discussão a avaliação do PST em convênios do Estado de São Paulo, realizada pela EC 14, ressaltamos a importância de avaliações contínuas nos diferentes núcleos, uma vez que elas contribuem para a operacionalização dos projetos sociais. O papel das ECs compreende a atuação de forma comunicativa, estabelecendo diálogos entre o ME e equipes gestoras das entidades convenientes, uma vez que realizam imersão em campo, conversando, observando, entrevistando, sugerindo, coletando dados, oferecendo consultoria permanente e emitindo pareceres e recomendações que possam esboçar a realidade de modo mais fidedigno possível.

O texto que nos propusemos a apresentar estruturou-se a partir de algumas questões centrais, quais sejam: organização dos núcleos avaliados no Estado de São Paulo, problemáticas recorrentes e potencialidades dos projetos sociais desenvolvidos. Tais dados reforçam nosso compromisso em contribuir para que os convênios do PST possam ser aprimorados de modo a garantir a efetiva consecução, atendendo aos objetivos para os quais foram firmados. Mesmo evidenciando-se algumas dificuldades verificadas naquele período de intervenção, vale ressaltar o compromisso em dispor dos mecanismos necessários para melhorar o Programa nos diferentes municípios.

Levando em consideração o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei 8069, de 13 de julho de 1990), notadamente o art. 4º que considera ser “[...] dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer”, entre outros direitos, o PST oportuniza um espaço social em que os diferentes sujeitos possam partilhar um tempo comum, motivados pela capacidade em aprender com, pelo, para e por meio do esporte. Se problemas existem e a realidade encontrada naquele momento se encontra distante de ser efetivada a partir daquilo que foi perspectivado, não há como negar que conquistas foram obtidas e que há muitas a serem concretizadas.

Reconhecemos, pois, a limitação temporal do presente relato de experiência, contudo, entendemos que foi um período de construção fértil e passível de registro, visto que investir em infância e adolescência no Brasil é investir em dignidade humana, em construção de um país melhor, uma vez que a cidadania não se estrutura “a fórceps”, mas se dá de modo gradativo, dia a dia, em todo o processo de formação do sujeito. Assim, imersos em uma dimensão educacional, entendemos que investir em esporte, cultura e lazer para a criança e adolescente é contribuir para sua formação plena, dando-lhe condições para a conquista de sua autonomia, de sua liberdade, de sua condição de ser social. É oferecer instrumentos para que os jovens entendam que é hora de “soltar pipas”, ou seja, que é seu momento de sonhar, brincar, viver o lúdico, aventurar-se. Quiçá possamos, efetivamente, colaborar para a efetivação desse propósito.

## REFERÊNCIAS

- BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. **Para ensinar educação física**: possibilidades de intervenção na escola. 2. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- ECA. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12/07/2012.
- GAYA, A. Programa Segundo Tempo: introdução. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Orgs.) **Fundamentos Pedagógicos para o programa segundo tempo**. Brasília: Ministério do Esporte; Maringá: Eduem, 2008. p. 9-12.
- KRAVCHYCHYN, C.; CARDOSO, S. M. V.; MORETTI, L.H.T.; OLIVEIRA, A. A. B. Educação Física escolar brasileira: caminhos percorridos e “novas/velhas” perspectivas. **Teoria e Prática da Educação**. Maringá, v. 14, n. 1, p. 107-118, jan./abr, 2011.
- OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L.(Org.) **Fundamentos pedagógicos para o Programa Segundo Tempo**. Brasília: Ministério dos Esportes; Maringá: Eduem, 2008.
- OLIVEIRA, A. A. B.; MOREIRA, E. C.; ACCIOLY JÚNIOR, H.; NUNES, M. P. Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo. In OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L.(Orgs.) **Fundamentos pedagógicos para o programa segundo tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.
- PONTES, R. N. O combate a pobreza no Brasil e o papel do Fome Zero. **Revista Trilhas** (UNAMA), Belém, v. 4, n. 3, p. 89-96, 2003.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá - UEM.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Av. Mauá, 2946, ap. F-12, Zona 01  
Maringá/PR  
87013-160